

CONTRATO № 04/2025

Instrumento de contrato que entre si celebram A CÂMARA MUNICIPAL DE ROTEIRO/AL e do outro lado como contratada a Empresa RESULTE SOLUÇÕES E TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO LTDA.

Pelo presente instrumento, o órgão contratante A CÂMARA MUNICIPAL DE ROTEIRO, inscrito no CNPJ nº 08.426.561/0001-69, com endereço na Avenida Nossa Senhora do Livramento, nº 39, neste ato representado pelo Presidente, Sr. EDNELSON VENTURA DA ROCHA portador da Cédula de Identidade nº1075048 SSP/AL e inscrito no CPF/MF sob o nº 777.750.824-53, nos termos da Lei nº 14.133/21, art. 75, II, considerando o processo da Dispensa de Licitação nº 04/2025 resolve CELEBRAR O PRESENTE TERMO DE CONTRATO com a empresa RESULTE SOLUÇÕES E TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO LTDA, inscrita sob CNPJ nº: 45.258.364/0001-04 estabelecida à Avenida Engenheiro Roberto Duarte Santana, nº 25, Sala 921, Pajuçara, Maceió/Al, representada pelo(a) Sr(a) JOSÉ AUTO CAVALCANTE NETO, Carteira de identidade nº 36717811-4 SSP/SP, inscrita no CPF nº 043.145.024-28 observadas as condições do Termo de Referência que regem a Dispensa e aquelas enunciadas nas cláusulas que seguem:

### 1- DO OBJETO:

- 1-0 presente **CONTRATO tem** por objeto a prestação do serviço de software de licenciamento de contabilidade, planejamento, e demais serviços correlatos para atender as necessidades do órgão contratante.
- 1.1- As obrigações assumidas, as normas e instruções constam do Termo de Referência e seus respectivos anexos, juntamente com a proposta, que passam a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrições.

### 2- DA VIGÊNCIA:

2.1- O presente **CONTRATO** terá vigência pelo prazo de 08 (oito) meses a partir da data da sua assinatura:

### 3- DA VINCULAÇÃO:

3.1- O disposto no presente **CONTRATO** deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as condições avençadas, sendo observado o disposto na Lei nº 14.133/2021, bem como, no que couber, as determinações constantes da Lei nº

JOSE AUTO CAVALCANTE NETO
CPF
04314502428







14.133/2021 e suas posteriores alterações, e das demais normas que dispõem sobre a matéria.

# 4- DAS OBRIGAÇÕES DE MANTER AS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO OU HABILITAÇÃO EXIGIDAS NA LICITAÇÃO:

4.1- As condições de habilitação e qualificação exigidas deverão ser mantidas pela empresa registrada durante toda a vigência do presente **CONTRATO**, ficando facultado ao órgão contratante, a qualquer momento, exigir a apresentação de parte ou totalidade dos documentos apresentados quando daquelas fases.

### 5- DOS PREÇOS E DA PESQUISA DE MERCADO:

- 5.1- Os preços ofertados pela empresa adjudicatária da licitação, signatária do presente **CONTRATO**, constam da proposta de menor valor apresentada, parte integrante desse processo.
- 5.2- O órgão contratante poderá promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação de aquisição e/ou publicação periódica no Diário Oficial do Município.
- 5.3- Para fazer face às obrigações financeiras assumidas serão utilizados recursos através do exercício financeiro vigente, constantes nas seguintes classificações orçamentárias abaixo:

**Órgão**: 01- Câmara Municipal **Unidade Orçamentaria**: 0100 **Projeto/Atividade**: 2001

Natureza da Despesa: 3390.40.00 - Serviço de Tecnologia da Informação e

Comunicação - Pessoa Jurídica.

5.4 Poderá ocorrer remanejamento de dotação caso se faça necessário para a devida readequação.

### 6- DAS CONDIÇÕES DE SERVIÇOS:

6.1- A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos que se fizerem necessários em até vinte e cinco por cento (25%) do valor inicial atualizado deste **CONTRATO**;

6.2- Os serviços deverão ser prestados de acordo com as exigências do Código de Defesa do Consumidor, especialmente no tocante aos vícios de qualidade ou

CDF 04314502428 Acueloravidade com a visinatura pode ser verificada enciettp://serpro.gov.be/assinador-digital



quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, conforme o artigo 18 do referido diploma legal;

- 6.3- Ocorrendo a rejeição em algum serviço, a contratada será notificada pelo destinatário, o órgão contratante, para a retirada do mesmo dentro do prazo que lhe será fixado, cabendo-lhe efetuar as correções cabíveis:
- 6.4- A recusa da contratada em atender o estabelecido no item anterior implicará em aplicação das sanções previstas no presente **CONTRATO**;
- 6.5- A contratada será a única responsável pela qualidade do(s) serviços(s) prestados(s);
- 6.6- A contratada deverá observar, na execução do presente **CONTRATO** o disposto na legislação federal, estadual e municipal, em tudo aquilo que for aplicável;
- 6.7- Dentro do prazo de vigência deste CONTRATO, a Contratada será obrigada a executar os serviços desde que obedecidas todas as suas condições, conforme previsão do Edital Licitatório que precedeu a sua formalização.

### 7- DO PAGAMENTO:

- 7.1 Pelo pagamento estabelecido na cláusula primeira a CONTRATANTE pagará a quantia global de **R\$ 6.800,00 (seis mil e oitocentos reais)**, valor de **R\$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais)** mensal.
- 7.2- O pagamento será efetuado mediante o processamento dos documentos de cobrança apresentados pela contatada, num prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados da data do adimplemento da obrigação, considerada como tal a data em que a nota fiscal for certificada pela fiscalização do órgão contratante, que deverá ocorrer após as verificações constantes do subitem 10.2 deste **CONTRATO**;
- 7.3- Na eventualidade de dúvidas quanto a alguma parte do documento de cobrança, o órgão contratante efetuará o pagamento da parte efetivamente aprovada e a empresa contratada prestará os esclarecimentos necessários para liquidação do saldo devido;
- 7.4- Do montante devido, serão deduzidos os valores referentes à retenção de Tributos e Contribuições nos termos e gradação da legislação fiscal pertinente;
- 7.5- Os pagamentos serão efetuados mediante depósitos bancários. Para tanto, a contratada deverá informar, no documento de cobrança, seus dados bancários (nome e número do banco; nome e código da agência; e número da conta corrente);





7.6- Considerando a forma peculiar de pagamento adotada pela Administração Pública, com a utilização de depósito direto na conta corrente da contratada, é defeso à futura contratada a emissão de duplicatas em função do acordo a ser celebrado. A emissão desse título de crédito, sem prejuízo das providências judiciais cabíveis, por caracterizar ilícito grave, equiparável a emissão de "duplicatas simuladas", demandará o sancionamento da contratada com uma das penas prescritas nos incisos III e IV, do art. 156, da Lei nº 14.133/21, pelo fato desse ato enquadrar-se na situação disposta no inciso X, do art. 155, do mesmo diploma legal;

7.7- O pagamento só será efetuado após a verificação da manutenção da habilitação da contratada, seja através da consulta ON-LINE no CADASTRO GERAL para comprovação de que se encontra em dia com suas obrigações para com a Receita Federal e com o sistema da Seguridade Social, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débito junto ao INSS e do Certificado de Regularidade junto ao FGTS e Tributos Federais;

7.8- Caso o **CONTRATO** seja assinada com o CNPJ da filial diverso daquele apresentado na sessão pública pela matriz, com a consequente emissão da Nota de Empenho e Nota Fiscal com o CNPJ da filial, o pagamento só será realizado após a constatação da regularidade da filial relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante consulta ou apresentação das respectivas certidões sem prejuízo do estabelecido no item acima transcrito;

7.9- Conforme disposto no artigo 38 do Decreto 93.872 de 23 de dezembro de 1986, artigo 145 da Lei 14.133/21, o pagamento pelos serviços poderá ser, conforme a necessidade no órgão contratante, antecipado, mediante a apresentação de seguro-garantia ou fiança bancária, no valor total da parcela adiantada.

## 8- DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

8.1- A Contratada, na hipótese de inadimplência parcial ou total, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior previstos no presente **CONTRATO**, devidamente comprovados, estará sujeita às seguintes penalidades, garantida a sua prévia defesa no respectivo processo:

8.1.1- Advertência;

8.1.2- Multa; e,

8.1.3- Suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Municipalidade de Água Branca – AL por prazo não superior a dois (2) anos.

4314502428

conformédade com a assinatura pode ser verificada em:
tod/isampro.gow.briassinadon.etigisat

JOSE AUTO CAVALCANTE NETO



#### 8.2- Das Multas:

- 8.2.1- As multas impostas à Contratada serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;
- 8.3- Da aplicação das penalidades:
- 8.3.1- As penalidades serão aplicadas administrativamente, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial.
- 8.4- Da cumulatividade:
- 8.4.1- A aplicação da penalidade "multa" não impede que o órgão contratante rescinda unilateralmente o acordo e venha a aplicar, cumulativamente, a sanção prevista no subitem 8.1.3.
- 8.5- Da aplicação das multas:
- 8.5.1- Multa por atraso da entrega:
- 8.5.1.1- As multas, caso aplicadas, serão calculadas tomando por base o valor total da parcela em atraso devidamente atualizado, conforme índice adotado para a atualização monetária no valor de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso até o trigésimo dia.
- 8.5.2- Multa compensatória;
- 8.5.2.1- Decorridos mais de trinta (30) dias de atraso da entrega do objeto, será aplicada uma multa compensatória de 10% (dez por cento) do valor do objeto, pelos danos causados pela inadimplência do fornecedor.
- 8.6- Caso a Contratada descumpra o que prevê o item 6.3 deste **CONTRATO**, ser-lhe-á aplicada multa correspondente a 0,1% (um décimo por cento) por dia sobre o valor do bem rejeitado, a contar do término do prazo estabelecido naquele item para retirada da mesma.

### 9- DO CANCELAMENTO DO CONTRATO:

9.1- O **CONTRATO** poderá ser cancelado, de pleno direito, quando:





- 9.1.1- O Fornecedor não cumprir as obrigações constantes deste **CONTRATO**;
- 9.1.2- O Fornecedor der causa a rescisão administrativa de acordo (ou instrumento equivalente) decorrente de Registro de Preços, a critério do órgão contratante;
- 9.1.3- Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de acordo (ou instrumento equivalente) decorrente do Contrato, se assim for decidido pelo órgão contratante;
- 9.1.4- Não aceitar reduzir o(s) preço(s) registrado(s) se este(s) se tornar(em) superior(es) ao(s) praticados(s) no mercado;
- 9.1.5- Por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pelo órgão contratante:
- 9.1.6- Pelo Fornecedor, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitados de cumprir as exigências deste **CONTRATO**, ou, a juízo do órgão contratante, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 137, da Lei nº 14.133/21.
- 9.2- A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração do presente **CONTRATO**, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação da defesa.
- 9.3- No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Município, considerando-se, assim, para todos os efeitos, cancelado o preço registrado.

### 10- DA FISCALIZAÇÃO:

- 10.1- A CONTRATADA deverá facilitar o trabalho de fiscalização a cargo do órgão contratante;
- 10.2- A fiscalização do cumprimento do acordo decorrente deste **CONTRATO será** exercida por servidor habilitado, designado formalmente órgão contratante, para tal, investido de plenos poderes para:

10.2.1- Recusar os serviços em desacordo com o objeto;





- 10.2.2- Promover a liquidação do respectivo documento de cobrança;
- 10.2.3- Tomar as ações iniciais para a consecução das medidas cabíveis para os casos amparados pelos itens 8 e 9 a serem executados pelo órgão contratante;
- 10.2.4- Tomar quaisquer outras medidas julgadas necessárias para a perfeita execução do objeto.
- 10.3- A cada entrega dos serviços, o órgão contratante poderá selecionar, a seu critério, amostras dos itens entregues, a fim de serem submetidas a exames, visando à verificação do cumprimento das condições estabelecidas no Edital Licitatório. O tempo médio de análise é de 30 (trinta) dias. As despesas decorrentes dos exames a serem realizados serão custeadas pelo órgão contratante;
- 10.4- A rejeição dos lotes não justificará atrasos em relação ao prazo de entrega fixado.

### 11- DOS CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR:

- 11.1- Serão considerados casos fortuitos ou de força maior, para efeito de cancelamento do **CONTRATO** ou não aplicação de multas, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir, quando vierem a afetar a entrega dos serviços no local onde estiver sendo executado o objeto do acordo:
- 11.1.1- Greve geral;
- 11.1.2- Calamidade pública;
- 11.1.3- Interrupção dos meios de transporte;
- 11.1.4- Condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais; e,
- 11.1.5- Outros casos que se enquadrem no parágrafo único do art. 393 do Novo Código Civil Brasileiro.
- 11.2- Os casos acima enumerados devem ser satisfatoriamente justificados pela Contratada perante o órgão contratante;
- 11.3- Sempre que ocorrerem situações que impliquem caso fortuito ou de forca





maior, o fato deverá ser comunicado ao órgão contratante, até 24 horas após a ocorrência. Caso não seja cumprido este prazo, o início da ocorrência será considerado como tendo sido 24 horas antes da data de solicitação de enquadramento da ocorrência como caso fortuito ou de força maior.

### 12-DA CONTRATAÇÃO:

12.1- O compromisso para execução dos serviços deste CONTRATO será efetivado através de emissão de nota de empenho específica com a empresa, que terá força de contrato:

Roteiro - AL, 02de maio de 2025.

CAMARA MUNICIPAL DE ROTEIRO CNPJ Nº 08.426.561/0001-69 **EDNELSON VENTURA DA ROCHA** CPF Nº 777.750.824-53 **CONTRATANTE** 

JOSE AUTO CAVALCANTE NETO CPF 04314502428

RESULTE SOLUÇÕES E TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO LTDA CNPJ Nº 45.258.364/0001-04 **IOSÉ AUTO CAVALCANTE NETO** CPF nº 043.145.024-28 **CONTRATADA** 

Testemunhas:

RG nº 673 3/3/55PAL 2- fore Cohon Afres de huire CPV/Nº 496.082.404-25 RG nº 735.943-AL